

“NA CASA DOS OUTROS”: mulher, doméstica e migrante? A soma das desigualdades femininas

Guélmer Junior Almeida Faria^(*)

Maria da Luz Alves Ferreira^(**)

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula^(***)

DOI 10.14393/CEF-v29n2-2016-16

Resumo

O artigo trata do trabalho doméstico como manifestação das experiências de mulheres na migração de comunidades rurais de mulheres para atuar no trabalho doméstico nas casas das famílias de classe média e alta nas cidades. Em termos metodológicos o artigo apresenta uma pesquisa qualitativa realizada com entrevistas. Verifica-se o trabalho doméstico e as migrações rurais-urbanas de mulheres como expressão da soma das desigualdades e parte do ciclo histórico de desigualdade estruturante e discriminação sistêmica a partir de um campo de análise baseado em interseccionalidades.

Palavras-chave: Desigualdades. Trabalho Doméstico. Migrações Rurais-Urbanas. Mulheres. Interseccionalidades.

“IN THE HOUSE OF OTHERS”: woman, domestic and migrants? A sum of female inequalities

Abstract

The article seeks to highlight the housework as an effect of experienced inequalities in women's migration from rural communities to urban domestic labor in middle-class family houses. Methodologically the paper discusses a qualitative research conducted by interviews. The rural-urban migration seen as an expression of the sum of inequalities and historical cycle of structural inequality and systemic discrimination is an object within a field of analysis based on intersectionalities.

Keywords: Housework. Rural-urban migration. Women. Intersectionalities.

(*)Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros- Minas Gerais- Brasil. Bolsista CAPES. E-mail para contato: guelmerjrf@yahoo.com.br.

(**)Doutora em Ciências Humanas pela UFMG, Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros- Minas Gerais- Brasil. E-mail para contato: mdaluz@oi.com.br.

(***)Doutora em Geografia pela UFU, Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros- Minas Gerais- Brasil. E-mail para contato: andreapirapora@yahoo.com.br.

Texto recebido em: 29/06/2016. Texto aprovado em: 20/07/2016.

Introdução

Pensar como na atualidade a centralidade do trabalho doméstico para as mulheres carrega os meandros da expressão das desigualdades. O trabalho doméstico retrata uma complexidade experienciada por classe, raça, gênero que se sobrepõe as dimensões do controle da vida das mulheres e a emergência das desigualdades estruturais perpetuadas. Apesar das mudanças observadas na diminuição do trabalho infanto-juvenil, da metamorfose das relações de trabalho (mensalistas que dormem no domicílio a diaristas), envelhecimento profissional da classe, redução da idade para ingresso nesta atividade, maior qualificação das mulheres, entre outras, o trabalho doméstico segundo Bernardino-Costa (2015, p. 147), “ainda continua sendo uma importante categoria ocupacional para milhares de mulheres, especialmente mulheres negras”.

De acordo com a 99ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2010, p. 1), o trabalho doméstico é uma significativa fonte de ocupação para muitas mulheres no mundo e porta de entrada no mercado de trabalho para as mulheres mais pobres sendo negras, em sua maioria.

Segundo a 99ª Conferência Internacional do Trabalho/OIT (2015, p. 2), a demanda pelo trabalho doméstico remunerado tem crescido em todas as partes do mundo, na América Latina e Caribe, 14 milhões de mulheres são trabalhadoras domésticas sendo esta a profissão que mais ocupa mulheres na região (14% da ocupação feminina). O relatório indicou que no mundo existem cerca de 52,6 milhões de pessoas empregadas no trabalho doméstico. No entanto, também alerta sobre a dificuldade para recolher números e dados sobre uma ocupação que se realiza a portas fechadas e recorda que segundo estimativas da própria OIT o número poderia ser de até 100 milhões de pessoas no mundo.

E pensando numa sociedade como a brasileira, onde há anos este serviço esteve à franja do mercado, em constante oscilação, nota-se uma transformação gradual dentro da própria categoria “doméstica”. O aquecimento do mercado de trabalho, crescimento econômico e dinamismo da economia, geraram novos postos de trabalho, como as empresas de telemarketing, que mesmo se configurando em outra forma de precarização de trabalho têm recebido esta mão-de-obra (FARIA e MACEDO, 2013, p. 21).

Uma das explicações está ligada ao reconhecimento da atividade, a ampliação do mercado de trabalho e uma maior qualificação das mulheres (FARIA e MACEDO, 2013, p. 22).

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/2015), o contingente de trabalhadores domésticos voltou a aumentar no início de 2015 no Brasil. Ao todo, 6,019 milhões de pessoas estavam nesta condição de ocupação no primeiro trimestre deste ano, contra 5,929 milhões em 2014. A formalização de fato aumentou em um ano. Os trabalhadores domésticos com carteira assinada subiram para 32,3% no primeiro trimestre de 2015, contra 31,5% de 2014.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/2015) percebem-se mudanças crescentes na inserção dos trabalhadores domésticos nos mercados de trabalho regionais, ainda que não se possam distinguir, com precisão, quantas delas decorrem da aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de abril de 2013 (PEC das Domésticas) e o quanto são determinadas pelos movimentos da conjuntura econômica do país. A categoria, por sua vez, quantitativamente relevante, é caracterizada por ainda ser uma das mais importantes alternativas de inserção ocupacional feminina na sociedade brasileira.

De acordo com Melo (1998, p. 1), o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. Funciona como a porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas brasileiras.

O trabalho doméstico realizado de diversas maneiras, seja em residências particulares de forma constante ou intermitente, há muito absorve a mão-de-obra feminina no Brasil, estando estreitamente ligado ao movimento migratório, interno e externo (MELO, 1998, p. 6).

Nessa linha, Dutra (2012, p. 2) “observa que muitas mulheres ao redor do mundo acabam decidindo migrar como alternativa para escapar das situações de pobreza e exclusão do mercado de trabalho”.

Caracteriza-se essa ocupação como uma das mais precárias do universo laboral, justamente por padecer de alto grau de preconceitos sociais e culturais, oriundos da atribuição imputada às mulheres em relação aos afazeres domésticos, sendo as trabalhadoras desvalorizadas socialmente, sofrendo discriminação étnico-social.

Portanto, ao abordar a questão do trabalho doméstico é necessário elencar a discussão em torno das relações de gênero. Para Saffiotti (1999) o conceito de gênero

no trabalho doméstico está intimamente relacionado com a questão de classe social, pois a mulher que trabalha como empregada exerce essa tarefa para outra mulher com um poder aquisitivo maior que o seu.

Dessa forma, Nogueira (2010, p. 59):

Constata que a divisão sócio-sexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo.

Para Durham (1984) a posição da mulher na sociedade está condicionada pela divisão sexual do trabalho que se reproduz no âmbito familiar. Segundo ela, a diferenciação entre papéis femininos e papéis masculinos está presente, historicamente, em todas as sociedades humanas. O que não quer dizer que as formas dessa divisão sexual são idênticas. Na verdade são extremamente variadas no tempo e no espaço, assim como é variada também a rigidez da separação entre as tarefas consideradas próprias aos homens e próprias às mulheres.

Do ponto de vista das relações de gênero, convencionou-se atrelar trabalho doméstico à mulher, como algo já naturalizado. A perspectiva geracional concatena com os papéis desempenhados pela geração familiar, uma vez que é transmitido por avó-mãe-filha. E ainda muitos autores abordam o fenômeno de racialização no trabalho doméstico, onde se verifica o estigma nas relações entre os agentes sociais do trabalho doméstico.

Outro aspecto importante que não é abordado na maioria dos estudos é a questão regional. Sabemos que, num país de dimensão continental como o Brasil, a cultura e as características de cada região não tendem à homogeneidade. São identidades diversas, que geram comportamentos e atitudes diferenciados por parte da população e que deveriam ser incluídas na interpretação das pesquisas em relação às mulheres que trabalham em funções domésticas.

Nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais chama atenção o maior grau de informalidade do trabalho doméstico: as domésticas mensalistas sem carteira assinada representam mais da metade dessas trabalhadoras (PAD/FJP, 2011).

Neste ponto será feita uma análise acerca do impacto das migrações rurais-urbanas femininas para o trabalho doméstico urbano, com recurso à teoria da

interseccionalidade, com vista a explicar os fatores que podem vulnerabilizar às mulheres-migrantes-domésticas no domínio das relações do trabalho.

Este fenômeno social se apresenta recôndito no seio da sociedade brasileira atual, mesmo quando ganha visibilidade por envolver questões relativas às mulheres permanece sendo tratado por vieses binários de interpretação das desigualdades. Conforme aponta Crenshaw (2002, p. 174), “há várias razões pelas quais experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça”.

Entretanto, Piscitelli (2008, p. 267) explicita seus pressupostos dizendo que:

O debate sobre as interseccionalidades permite perceber a coexistência de diversas abordagens. Diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para referir-se à articulação entre diferenciações, mas elas variam em função de como são pensados diferença e poder. Essas abordagens divergem também em termos das margens de agência (agency) concedidas aos sujeitos, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente.

Logo, este artigo procura evidenciar o trabalho doméstico como manifestação das somas das desigualdades experienciadas por mulheres rurais que migram para as cidades em busca por trabalho e consideramos que as análises feitas favorecem o esclarecimento para tratar de um aspecto relevante do contexto rural-urbano brasileiro que se vincula à difícil realidade experienciada por centenas ou milhares de mulheres oriundas do campo. Na primeira seção do artigo, procuramos caracterizar o trabalho doméstico como expressão da soma das desigualdades numa perspectiva interseccional, pensando nas classificações, diferenciações e dimensões de forma relacional e articulada. Em seguida, demonstramos como as interseccionalidades das migrações rurais-urbanas de mulheres podem vislumbrar uma maior capacidade de agência (possibilidade de ação do sujeito) e contribuir como ferramenta analítica para a compreensão da articulação de múltiplas diferenças e desigualdades.

Metodologia

Esse artigo pretende através de uma abordagem qualitativa dialogar com as diferentes áreas das Humanidades, por meio de um debate importante sobre trabalho/gênero, relacionado a uma pesquisa de campo. Na visão de Paula (2009, p. 33), “a abordagem qualitativa na pesquisa tem como marca o saber do outro, significando

uma possibilidade de interação entre os sujeitos que pesquisam e os sujeitos que são possuidores de histórias que possam ser desveladas”.

As migrações podem ser examinadas à luz de duas abordagens dentro da Sociologia: a construção teórica “clássica” de Paul Singer, que define um marco macroestrutural para a compreensão das migrações, cujo fundamento é o desenvolvimento do capitalismo; e o enfoque usado por José de Souza Martins em estudo sobre as migrações temporárias, onde trata das manifestações concretas do problema em nossa realidade social.

A técnica de pesquisa principalmente utilizada é a da observação participante fundada nas entrevistas em profundidade e no convívio com os informantes.

A comunidade de Muquém em Mirabela-MG foi escolhida como sendo um dos locais, pois segundo Fonseca (2010, p. 2) “no pequeno município de Mirabela, inserido no norte de Minas Gerais – região sudeste do Brasil - as migrações fazem parte do cotidiano da população desde o início da ocupação e formação do município, sendo uma ocorrência tanto intra como interestadual”.

O **Quadro 01**, caracteriza as entrevistadas que têm idades compreendidas entre os 20 e os 28 anos. A maioria são naturais de Mirabela-MG e uma é natural de Patis-MG. Em relação ao estado civil, duas são casadas, e quatro solteiras. Os rendimentos variam de 800,00 reais a 900,00 reais. A formação escolar está compreendida entre o Ensino Fundamental Incompleto e o Ensino Fundamental Médio; algumas delas começaram uma formação técnica, no entanto, abandonaram ficando sempre a promessa de “um dia” retornar.

Quadro 01
Caracterização preliminar das entrevistadas de origem (Distrito de Muquém – Mirabela – MG), empregadas domésticas em Montes Claros, 2013.

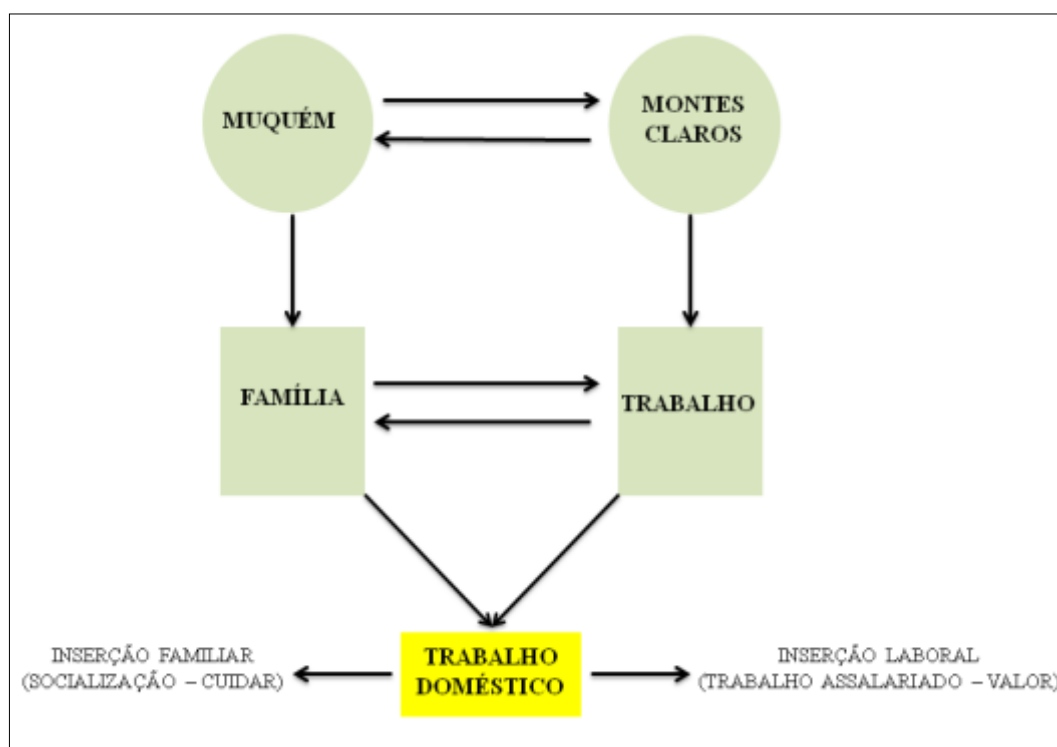
Entrevistada	Idade	Naturalidade	Idade de chegada
Zezé	21 anos	Mirabela-MG	16 anos
Janaína	20 anos	Mirabela-MG	15 anos

Penha	23 anos	Mirabela-MG	17 anos
Socorro	26 anos	Mirabela-MG	17 anos
Marilda	27 anos	Mirabela-MG	19 anos
Lídia	28 anos	Patis-MG	18 anos

Fonte: Guélmér Faria (2014)

Deste modo, as trajetórias destas mulheres mostraram que as migrações não são meros deslocamentos demográficos num determinado território, mas, sobretudo pensar nessa trajetória a partir do espaço entre o partir e o ficar. Com base na trajetória e nos dados da pesquisa, foi construído um fluxograma (**Figura 1**), com o objetivo de demonstrar os elementos que aparecem no processo migratório, identificando a origem (Muquém), o destino (Montes Claros) e o trabalho doméstico (intermediário).

Figura 1. Fluxograma da trajetória das migrações femininas



Fonte: Guélmér Faria (2014).

O trabalho doméstico como expressão das soma das desigualdades

Após período da abolição, segundo Bernardino-Costa (2015, p. 151), quando as oportunidades de formação de um mercado livre de trabalho foram aproveitadas principalmente pelo imigrante recém-chegado em solo brasileiro. O homem negro encontrou barreiras para integrar-se à ordem competitiva porque era preterido frente ao

seu concorrente estrangeiro, enquanto a mulher negra encontrou oportunidades de trabalho, sobretudo como trabalhadora doméstica. Salvo algumas exceções, o homem negro e a mulher negra ficaram presos a determinadas posições dentro do sistema de estratificação social brasileiro.

Historicamente, o trabalho doméstico sempre carregou o estigma da servidão. Primeiro com a cooptação de “moças do interior” para “ajudar” a servir a nova classe burguesa que estava emergindo, sobre a esfera privada, essa relação de trabalho sempre se manteve na invisibilidade. Para Fernandes (1963, p. 84), o processo de mudança social da sociedade brasileira é profundamente marcado pelo embate entre o que denomina o “antigo regime” e a “instauração de um novo padrão civilizatório na sociedade brasileira”.

Segundo Melo (1998, p. 1):

A problemática sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil se deu de maneira parecida com a dos Estados Unidos. Antes da abolição da escravatura, os responsáveis pelas tarefas domésticas eram escravos. Durante todo o século XIX, além de contar com os escravos domésticos, as famílias podiam usufruir, do que a autora denomina “ajuda contratada”, ou seja, ajuda de mocinhas que colaboravam com as tarefas domésticas, que se tornou uma fonte adicional do trabalho doméstico, e que se configurou tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, no pós-abolição, como a maior fonte de trabalho de mulheres. Essas meninas eram enviadas por suas famílias para outras casas. Na maioria dos casos, essas moças eram pobres, solteiras, analfabetas ou semialfabetizadas, filhas de agricultores que tinham como único meio de sobrevivência o cultivo da terra. Elas realizavam tarefas domésticas em troca de alimentação, moradia, vestimentas e parques rendimentos. Com o advento da industrialização e da urbanização, e com a dilatação da classe média, essa “ajuda” transformou-se em trabalho doméstico.

Com a expansão da classe média via processo de urbanização e industrialização transformou-se a relação trabalho doméstico - serviçal em serviço doméstico. Brites (2000, p. 12), “o serviço doméstico proporciona o encontro de classes desiguais numa sociedade cada vez mais marcada pela segregação e o medo do “outro”; a empregada doméstica aparece como um elemento “arcaico” (tanto pela sua intromissão na intimidade, como pela desigualdade social e econômica que evidencia) no seio da “família moderna”; o serviço doméstico pauta-se em relações de trabalho clientelistas numa época marcada pela cidadania”.

Bernardino-Costa (2012, p.451), chama atenção para a dinâmica da desigualdade global entre patroas e empregadas, marcadas por relações de dependência e exploração econômica. Entretanto, essas relações não são somente informadas por aspectos

estritamente econômicos, sendo entrecortadas por desigualdades geopolíticas, raciais e de gênero. Para as trabalhadoras domésticas migrantes, o trabalho é associado a estratégias de sobrevivência, mobilidade social e autonomia.

Para Brah (2006, p. 341), o signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais. Aqui o foco analítico está colocado na construção social de diferentes categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos mais amplos. Não se afirma que uma categoria individual é internamente homogênea. Mulheres da classe trabalhadora, por exemplo, compreende grupos muito diferentes de pessoas tanto dentro quanto entre diferentes formações sociais (BRAH, 2006, p. 341).

Na visão de Spivak (2010) a vida do subalterno colonial é sem dúvida tensa e desesperadora, especialmente quando se refere à mulher “pobre e negra”, segundo a autora o sujeito mulher, negra, pobre e claro, colonizada, migrante preenche todos os requisitos que lhe conferem a condição de subalternidade: a da pobreza, a do gênero, a da cor. Reforçando o lócus ideologicamente pensando para ela. A centralidade da mulher na verdade se configura como periférica, não é dentro do, mas fora do círculo. Spivak (2010) refletindo sobre a situação da subalternidade feminina, chama atenção para a marginalização da mulher no cenário da produção colonial dominado pelo gênero masculino, não obstante seu visível desconforto quanto à posição subalterna que a mulher ocupa.

Para as condições de vida na zona rural e naquelas regiões que chamo as franjas do rural-urbano, o trabalho doméstico é referencial importante na socialização das meninas cuja complexidade sociológica do processo reside justamente nas ambiguidades do trabalho doméstico. Quando questionadas sobre como aprendeu essa atividade:

“Em casa né? Tem que aprender. As mulheres que fazem as atividades domésticas, desde de pequena eu sempre fazia o serviço da casa, lavar, passar, cozinhar, limpar, varrer o quintal, só podia brincar depois que ajudasse.” (Aparecida, 21 anos).

A socialização de muitas mulheres no âmbito doméstico se dá via processo de re(produção) dos papéis das mães, avós, bisavós. Quando se trata de um ambiente em que pesa a situação econômica, a pobreza, o desemprego, a falta de oportunidade, o

trabalho doméstico acaba por representar um “trampolim”. Muito comum, no Brasil, o apadrinhamento, o “ajudar para estudar”; de meninas da zona rural para atuarem como serviçais nas casas das famílias de classe média e alta.

Deste modo, a empregada doméstica, segundo Kofes (1990), é equipada diferentemente para vários papéis femininos. No entanto é esperado que ela os desempenhe dentro das regras culturais que compõem o mundo das futuras patroas. À domesticidade, ser definida pelo doméstico, sobrepõe-se, para a empregada, ser domesticada no sentido do treinamento dos hábitos culturais sob a atitude mando/obediência. Domesticar é “querer que você faça da maneira como queremos que você faça” (KOFES, 1990, p. 191).

Segundo Spivak (2010), os dominantes se definem também como seres que estão no “entre-lugar”, pois funcionam como intermediários entre o “povo” e as duas classes que estão no topo da pirâmide. Dessa forma, a empregada doméstica figura entre os pólos exercendo papel de subalterno e assimilando uma nova realidade, pois, a patroa precisa que aprenda seus costumes, mas a finalidade não é fazer com que elas se tornem um deles, e sim, torná-las seres mais fáceis de serem dominadas. Pode-se perceber isto pela fala da entrevistada sobre sua relação com as patroas:

“Eu e minha patroa temos um bom relacionamento, ela deixa a casa nas minhas mãos, faço tudo que tem que fazer na casa, limpo, cozinho, lavo, ela não reclama das coisas que eu faço, ela é muito boa pra mim”. (Lídia, 28 anos).

“Minha patroa, ela é uma pessoa super legal, por ser mais nova ela não tem muitas manias, eu faço do jeito que eu quero o serviço. Trabalhar pra gente mais velha não dá, elas gostam das coisas do jeito delas. Eu adoro minha patroa”. (Marilda, 27 anos).

Suely Kofes (1990) analisou o papel das patroas e das empregadas domésticas. Para ela, a socialização da mulher-empregada doméstica é o exercício do seu papel sob mando. De outra mulher. A palavra obediência é, aliás, recorrente na fala das empregadas. Mesmo quando a doméstica já se refere à necessidade da regulação do autoritarismo da patroa, ela precede o “dentro das regras” com a afirmação “é preciso obedecer a patroa”.

Lisboa (2007) diz que patroas e empregadas domésticas, em geral, participam de uma relação de identidade mediada pela lógica de servir aos outros como algo natural, embora essa relação trabalhista passe por uma contradição de classe e outra de identidade-gênero que é estabelecida entre as mulheres.

Quando questionadas sobre o gostar do que faz e o que faz, das condições de trabalho e a importância desse trabalho, uma respondeu:

“Eu gosto do que faço. Eu arrumo casa e lido na cozinha, gosto das condições de trabalho, minha patroa não se mete nas minhas coisas. Eu acho que é um trabalho como qualquer um, apesar de ter gente que julga, né? Mas que é um trabalho como qualquer um, que dá futuro.” (Aparecida, 21 anos).

Para Kofes (1990) a construção da mulher passa pela identificação a um lugar e não só a um corpo. E que neste lugar a mulher era segmentada. A mulher seria aqui mulher-patroa, mulher-empregada. O universo comum e sua segmentação. Esse universo define a mulher, o universo familiar, doméstico, nega este caráter à empregada. Mas não o nega justamente porque é uma mulher que está lá? E que este *lá* é também seu lugar?

Sair do seu lugar para o lugar dos outros define as relações da instituição empregada doméstica no Brasil. Figura imbricada na organização familiar das classes superiores. Ao passo que essa própria organização cria meios para regular a presença da empregada nos espaços sociais. Portanto, a negação de sua visibilidade. Embora, em nossos relatos não deparamos com nenhuma situação de negação a condição de classe da empregada.

A maioria das entrevistadas revelou ter iniciado o trabalho doméstico ainda em tenra idade. Seus pais as entregaram às famílias patronais sob a alegação de que seriam criadas e teriam acesso à educação formal e melhores condições de vida. O que encontraram, contudo, foi um dia a dia com muito trabalho, distante das promessas da família empregadora feita às suas mães (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 152).

“Quando eu falei pros meus pais que ia arrumar serviço de doméstica em Montes Claros, minha família me apoiou, a gente já sabia que tinha umas meninas indo, eu fui também.” (Penha, 23 anos).

“Vontade de vim para trabalhar, conseguir minhas coisas, estudar. Que até hoje ainda não consegui estudar, vou começar a estudar se Deus quiser”. (Janáina, 20 anos).

“Eu vejo assim, Montes Claros como uma cidade que gera muito emprego e que eu acho assim que tem futuro e aqui igual te falo é a cidade do estudo, que aqui é bem mais fácil para estudar e arrumar serviço”. (Socorro, 26 anos).

Deste modo, Brah (2006, p. 361), propõe em pensar a experiência e a formação do sujeito como processos na reformulação da questão da “agência”. O “eu” e o “nós” que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes, e não modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas.

Logo, o trabalho doméstico se metamorfoseia nas últimas décadas, segundo Sorj (2014, p. 124) como o aumento da formalização do emprego, uma rápida ascensão da categoria de diarista e o declínio da trabalhadora residente no domicílio do patrão (Sorj, 2013). Esses movimentos sugerem mudanças na identidade das trabalhadoras, que hoje buscam ganhar maior controle sobre suas vidas e estabelecer relações menos paternalistas com os patrões. Nota-se também um envelhecimento da categoria, ou seja, a ocupação está deixando de ser a principal porta de entrada no mercado de trabalho para mulheres jovens e pobres.

Em recentes estudos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de abril de 2015 pôde-se indicar a inserção mais frequente ao trabalho realizado pelas diaristas, prestação de serviços de forma avulsa e autônoma, que absorvia mais de 30% das mulheres ocupadas no trabalho doméstico remunerado em quatro das cinco regiões pesquisadas. Ao se deslocarem, como diaristas, que é uma modalidade de ocupação sem a possibilidade de morar no emprego, encontram na rede de apoio um lugar para se estabelecer até poder alugar uma moradia.

Para Sorj (2014, p. 124),

No entanto, a presença mais marcante da categoria de diarista no conjunto da ocupação tem efeitos contraditórios em termos de precarização. Por um lado, há uma tendência à profissionalização, na medida em que diminui a possibilidade de extensão da jornada de trabalho na casa dos patrões e reduz a dependência afetiva e mesmo financeira do empregador. Por outro, a formalização dos contratos de trabalho das diaristas não ocorre na mesma proporção; as diaristas que trabalham até dois dias na casa de um mesmo empregador não são consideradas pela legislação trabalhadoras com vínculo empregatício contínuo e, portanto, não têm acesso aos mesmos direitos que as mensalistas. Para essas diaristas, formalizar-se na condição de trabalhadoras autônomas representa um custo com o qual, dada a baixa remuneração, não conseguem arcar.

Assim, no dizer de Crenshaw (2002, p. 170), como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados à suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são

diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação.

Finalmente pensando numa perspectiva interseccional, nas classificações, diferenciações e dimensões de forma relacional e articulada, de acordo com Crenshaw (2013, p. 10), a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos.

As interseccionalidades das migrações rurais-urbanas de mulheres

Atualmente, o impacto da globalização e das mudanças demográficas e sociais na Europa, evidencia o recrutamento de trabalhadores para certos setores de serviços – cuidar de idosos e de crianças, serviços domésticos, enfermagem, restauração – tem reforçado o apelo a fluxos contínuos e intensos de migração feminina (WALL *et al.*, 2008, p. 604).

Para Lisboa (2007, p. 154), via de regra, ocorre um fluxo predominante de certos países para outros, geralmente em função dos processos seculares de colonização: as norte-africanas vão trabalhar na França, Espanha ou Itália; as peruanas, dominicanas e outras latino-americanas vão para a Espanha, Itália, Portugal ou Estados Unidos; as Filipinas e indonésias são as preferidas na Alemanha, Inglaterra e Canadá; as albanesas, da Eritreia ou da Etiópia, vão trabalhar na Grécia e na Itália; por sua vez as polonesas e russas têm ido em número cada vez maior para França, Itália, Alemanha e Espanha.

É também nesse sentido que se identifica a existência de cadeias globais de cuidados (*care*), referindo-se através deste conceito a uma globalização crescente dos cuidados – prestados a crianças, idosos e doentes – protagonizada por mulheres (embora não em exclusivo) de diferentes continentes, idades e gerações (WALL *et al.*, 2008, p. 604).

Em relação às migrações internas no Brasil de mulheres para o trabalho doméstico urbano, Lisboa (2007, p. 810) apontou como motivos as seguintes questões:

- 1) a questão socioeconômica: falta de oportunidades de emprego ou ocupações remuneradas no local de origem, bem como a desvalorização do trabalho feminino; 2) o acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; 3) a conquista da independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou mulheres que sofriram violência no local de origem; 4) a possibilidade de alcançar mobilidade social, melhorar de status em relação ao emprego que exerciam nos países de origem, ou seja, serem valorizadas; 5) o acesso a serviços básicos, atendimento à saúde; 6) experimentar diferentes sensações: conhecer um país diferente, divertir-se, ir a festas, sair com as amigas, aprender

coisas novas; 7) ir atrás da rede familiar, de conhecidos ou amigos que já se encontram no local e motivam a emigração (LISBOA, 2007, p. 810).

A experiência de mulheres migrantes rurais é sentida por aspectos que não podem ser desconectados levando em conta uma ou duas categorias de diferenciação, tais como gênero e raça, por exemplo. Do ponto de vista de Piscitelli (2008, p. 269), à maneira de Scott (1998), pensando não em indivíduos “que têm” experiências, mas em “sujeitos constituídos mediante a experiência”. Essas migrantes são afetadas pela imbricação entre noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade. Quando questionadas como se deu a sua transferência do campo para a cidade algumas falas das entrevistadas foram:

“Deu vontade. Eu via na minha comunidade, toda menina que quer ir estudar arruma um jeito de empregar em casa de família.”
(Aparecida, 21 anos).

Do ponto de vista de Crenshaw (2002, p. 176), a discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível.

Portanto, a formação do discurso carrega em si o lugar de poder, Brah (2006) afirma que não há nenhum lugar de poder onde a dominação, subordinação, solidariedade e filiação baseadas em princípios igualitários, ou as condições de afinidade, convivialidade e sociabilidade sejam produzidas e asseguradas de uma vez por todas. Antes, o poder é constituído performativamente em práticas econômicas, políticas e culturais, e através delas. As subjetividades de trabalhadoras domésticas e patroas são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam. (BRAH, 2006).

De acordo com Bernardino-Costa (2015, p. 151), o conceito de interseccionalidade é utilizado para referir-se à forma pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades. Crenshaw (2002) enfatiza como a interseccionalidade de raça, classe e gênero produzem opressões e desempoderamento.

Na visão de Dutra (2012), são processos esses que levantam barreiras, sendo algumas delas explícitas e outras praticamente invisíveis, porém muito efetivas. E a condição de gênero, o ser mulher, constitui-se a base sobre a qual se sustenta o estigma também dotado da dimensão migratória, étnica, de classe e status, que mantém a migrante refém à profissão de trabalhadora doméstica. Algumas afirmam em suas entrevistas que sempre quando perguntadas se são trabalhadoras domésticas, dizem que sim.

“Falo sim. Na época que estamos vivendo se a gente não estudar não arranja nada, até pra ser doméstica tem que estudar, eu sou doméstica, minha mãe foi doméstica. Nosso trabalho é digno como de qualquer outra pessoa”. (Lidia, 28 anos).

Consoante a este estudo, Bernardino-Costa (2015) chama atenção para a verificação da colonialidade do poder e a noção de interseccionalidade que permitem aprofundar o entendimento do sistema hierárquico e as desigualdades vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas. Não somente permitem entender uma naturalização - ou até mesmo um aprisionamento - do corpo e da imagem da mulher a uma posição no sistema de estratificação social brasileiro (que não é simplesmente uma herança do nosso passado colonial, mas um fenômeno retroalimentado pelas práticas cotidianas atuais), como também permitem perceber como alguns eixos de poder - raça, classe, gênero, idade - sobrepõe-se e se cruzam, gerando e reforçando opressões.

A análise da forma como distintos marcadores de diferença (**Quadro 02**), interação entre si é fundamental para a compreensão das trajetórias das migrantes rurais trabalhadoras domésticas urbanas, pois a posição que essas mulheres ocupam na sociedade de acolhimento é resultado de um processo de interdependência de diversos eixos de diferenciação (LUGONES, 2008).

Quadro 02
Diferenças entre patroas e empregadas domésticas em Montes Claros, 2013.

Diferenças	Características	Exemplos
Linguística	Chamar pelo nome Patroas: Sobrenome Empregada Doméstica: Primeiro Nome	Patroa: Oliveira Doméstica: Maria

	Referências nominais Chamar as empregadas domésticas por: moça, menina, rapariga, guria. Chamar as patroas por: senhora, dona, madrinha.	
Divisão espacial da casa	Divisão em área social e local de trabalho da doméstica (iniquidade ao direito de uso do espaço). Controle do espaço de local de trabalho Tamanho e condições Tamanho e condições do quarto da empregada doméstica	Piscina e sala de visita não são locais apropriados para empregadas. “Lugar de empregada é na cozinha!” Menor cômodo, sem ventilação e sem luz natural.
Maternagem	Tratamento da patroa em relação às empregadas como crianças, filhas.	Repassam roupas, sapatos, acessórios, móveis, acessórios usados.

Fonte: Lisboa (2007) adaptado por Guélmer Faria (2014).

Portanto, quando se fala nas várias formas de discriminação em relação à mulher, como, por exemplo, a mulher negra, a mulher pobre, a mulher migrante, a mulher portadora de deficiência, a mulher lésbica, a mulher doméstica, não necessariamente está se tratando de grupos diferentes de discriminação, visto que muitas vezes tais expressões de discriminação se mesclam, pois em alguns momentos a mesma mulher poderá a vir a sofrer, ao mesmo tempo as variadas formas de discriminação tendo em vista que tais grupos podem ser sobrepostos (CRENSHAW, 2013).

A experiência de mulheres migrantes rurais inseridas no trabalho doméstico urbano pode ser articulada, na visão de Brah (2006, p. 365), “a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política”.

Considerações finais

Este artigo procurou evidenciar o trabalho doméstico como manifestação das somas das desigualdades experienciadas na migração feminina de comunidades rurais

para atuar no trabalho doméstico nas casas das famílias de classe média e alta nas cidades consideramos que as análises feitas favorecem o esclarecimento para tratar de um aspecto relevante do contexto rural-urbano brasileiro que se vincula à difícil realidade experienciada por centenas ou milhares de mulheres oriundas do campo.

Considera o trabalho doméstico como expressão da soma das desigualdades e ciclo histórico de desigualdade estruturante e de discriminação sistêmica um campo de análise para as interseccionalidades, pensando nas classificações, diferenciações e dimensões de forma relacional e articulada. Enfatizamos, ao longo do artigo, que os marcadores de diferença de classe, raça e gênero podem operar para gerar desigualdades, desvantagens, vulnerabilidade e opressões.

Assim, o problema do trabalho doméstico no Brasil permanece sob a roupagem de problema de classe, de gênero e de raça, aspectos até hoje associados e indissociáveis. Logo, as articulações entre essas esferas posicionam as migrantes em nível inferior, colaborando para sua inserção marginal no mercado de trabalho.

Finalmente, as negociações de construção de suas subjetividades nesse processo conflitivo, segundo Brah (2006), abrem possibilidades para a agência. De um lado a luta contra a discriminação de gênero, classe e etnia e, de outro, a busca por valorização e reconhecimento da profissão, proporcionando maior empoderamento e visibilidade.

Referências

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, nº 1, jan./abril, p. 147-163, 2015.

_____. Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 26, nº 52, p. 471-489, jul./dez. de 2012.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-376, 2006.

Boletim PAD-MG. *Mercado de trabalho e Gênero*, ano 1, nº. 1, maio 2011 –Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, nº 10, p. 171-188, 2002.

_____. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. 2013. Disponível em: <www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/.../Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2015.

DUTRA, Delia. *Mulheres migrantes peruanas em Brasília. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade*. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, 2012.

DURHAM, Eunice R. *A caminho da Cidade*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de, MACEDO, Luiz Antônio Matos de. *Sociedade em desenvolvimento: as implicações sobre o trabalho doméstico*. Colóquio Internacional: Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias, Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://www.coloquiointernacional.com/anais/GT7.pdf>>. Acessado em 23 de março de 2015.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963.

FONSECA, Gildete Soares. *Reterritorialização de migrantes temporários mirabelenses*. In: o XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú - MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

KOFES, Suely. *“Mulher, mulheres: Diferença e Identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade – Interação e relação entre patroas e empregadas domésticas”*. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1990.

LISBOA, Tereza Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. *Revista de Estudos Feministas*, n. 3, v. 15, p. 805-821, Florianópolis, set. /dez. 2007.

LUGONES, María. “Colonialidad y Género”. *Tabula Rasa*, nº 9, p. 73-101, 2008.

MELO, Hildete Pereira. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 15, n. 1, 1998.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. *Aurora*, ano 4, nº 6, p. 59-62, agosto de 2010.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). 99ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT). *O Trabalho Doméstico compõe a pauta de discussão da 99ª Conferência Internacional do Trabalho*. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-americas/-ro-lima/-ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229492.pdf>. Acessado em 15 de junho de 2015.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). *Trabalho digno para o trabalho doméstico*. [periódico da internet] 2010. [Acesso em: 04/12/12] Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/europro/lisbon/pdf/pub_trabdomestico.pdf>

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha. *TRAVESSIAS... Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do norte de Minas Gerais*. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. *Trabalho Doméstico Remunerado*, abril de 2015. Disponível em:< www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014EmpregoDomestico.pdf>. Acessado em 14 de junho de 2015.

PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. *Sociedade e Cultura*, v. 11, nº 2, p. 263-274, 2008.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 1º Trimestre de 2015. Disponível em:< [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios continua/Trimestral/Comentarios/pnadc_201501_trimestre_comentarios.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios/pnadc_201501_trimestre_comentarios.pdf)>. Acessado em 13 de junho de 2015.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SPIVAK. Chakravorty Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Trad.: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

SORJ. Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n. 1, p. 123-128, 2014.

WALL, Karin; NUNES, Cátia; MATIAS, Ana Raquel. *Mulheres imigrantes e novas trajetórias de migração: um crochê transnacional de serviços e cuidados no feminino*. Disponível em: < [www.ics.ul.pt/.../Karin%20Wall%20%20Publicações%202008%20nº...>. Acesso em 8 de Julho de 2012.](http://www.ics.ul.pt/.../Karin%20Wall%20%20Publicações%202008%20nº...)

WHITAKER, Dulce C. A. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. *Cadernos CEDES*, v. 22, nº 56, Campinas, abr. 2002.